

## EDITORIAL

“Eu me pergunto: quem manda neste país? Por que se conservam essas taxas de juros de fantasia, que sangram o país, deixando pequena margem para o crescimento? É difícil dirigir um país como este.”

É de contida indignação o tom das indagações de Celso Furtado no documentário “O longo amanhecer - cinebiografia de Celso Furtado”, do cineasta José Mariani. O filme teve sua pré-estréia na abertura do seminário internacional *Pobreza e desenvolvimento no contexto da globalização*, organizado pelo Centro Celso Furtado de 25 a 27 de julho de 2006, na sede do BNDES. São as atas desse encontro que publicamos neste número de *Cadernos do Desenvolvimento*.

Durante três dias, professores e pesquisadores de universidades e instituições do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa, América Latina e África debateram a liberalização financeira, as políticas tradicionais e as novas iniciativas de combate à pobreza, a integração da América do Sul e o futuro do Mercosul. Foi lida a Carta pelo Desenvolvimento, um documento que, em doze pontos, apela para mudanças no modelo econômico e uma democracia mais participativa, fundamentos do pacto político capaz de instaurar uma nova agenda do desenvolvimento. A Carta, primeira contribuição do Centro Celso Furtado ao debate político brasileiro, foi entregue aos candidatos que disputaram a eleição presidencial.

A mesa-redonda organizada em parceria com o Processo de Helsinque de Globalização e Democracia – essa generosa iniciativa da Finlândia e da Tanzânia, lançada em 2002, para aglutinar os interlocutores que questionam uma globalização cada vez mais excludente – concentrou-se na questão central do debate sobre o desenvolvimento: como implantar mecanismos inovadores que

## 6 | Cadernos do Desenvolvimento

o financiem e pavimentem o caminho rumo aos objetivos de desenvolvimento do milênio aprovados pelas Nações Unidas em 2000.

A indignação contida, mesclada de esperança, que Celso Furtado exprime no documentário sobre sua vida permeia muitos dos trabalhos inéditos ora reunidos. Quando um conferencista expõe as condições infra-humanas em que vivem 300 milhões de pessoas condenadas à pobreza crônica, quando outro calcula que as três maiores fortunas do planeta se equiparam aos PNBs dos 48 países mais pobres do mundo, quando um terceiro lembra que os ditames do Consenso de Washington condenaram os países africanos a pagarem de mais e comerem de menos, ouve-se o eco da recusa a este mundo de concentração de riqueza e de pobreza. Mas quando se aprende, pelo último relatório da Organização Internacional do Trabalho, que o Brasil foi o país que mais avançou na supressão do trabalho escravo, quando se lê que a comunidade internacional passou enfim a considerar o desenvolvimento como um dos direitos humanos, brotam razões para a esperança. (*Rosa Freire d'Aguiar*)